

A CERÂMICA MEDIEVAL NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

LISBOA, 16 - 22 DE NOVEMBRO 1987



CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

Ficha técnica:

Coordenação - Luis Alves da Silva

Rui Mateus

Design gráfico - Rui Mateus

Secretaria/Processamento de texto: M^a da Graça Colaço

Composição - Gabinete de design / C.A.M.

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda / Santa Maria da Feira

Edição - Campo Arqueológico de Mértola

Exemplares - 500

Depósito legal - 51346/91

Ilustração da capa:

Tijela do século XI, de provável origem tunisina (Museu de Mértola)



A CERÂMICA MEDIEVAL NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

LISBOA
16 -22 novembro 1987

Edição:
CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

Apoio:
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
COMISSÃO DE COORDENACÃO DA REGIÃO ALENTEJO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

1991

Tema 4

A cerâmica medieval em Portugal

Património cerâmico e linguístico português sob influência islâmica

Margarida RIBEIRO

A breve comunicação que apresentamos situa-se na área da Etnologia. Limita-se, como o título expressa, ao território de Portugal e ao vocabulário e técnicas que se introduziram na cultura portuguesa por acção directa de oleiros e tijoleiros ditos mouros, como sóia escrever-se nos documentos anteriores a 1496.

Não ignoramos, actualmente, quanto se enriqueceu o nosso património sob influência muçulmana. No contexto vocabular da olaria, aparentemente sem importância, encontramos matéria para reflexão. Ali se sintetizam informações sobre técnicas inerentes à própria indústria, à edificação arquitectónica e ao aspecto que se relaciona com a economia e consequente importação.

Passamos a referir os dados de que dispomos sobre um almejado índice onomástico:

No alvorecer da nacionalidade, trabalhavam em Lisboa os oleiros Almançor e Mafomede, informando as posturas municipais de Évora de que, no século XIV, os oleiros e ladrilheiros que trabalhavam nesta cidade eram mouros (1).

Em Lisboa, até ao fim do século XV, é grande a relação de nomes de mouros que se encontram registados em documentos, com a característica de juntarem ao nome próprio islâmico a alcunha, ou apelido românico.

Cerca de 1432 a 1455, constam dessa relação os oleiros Azmede Çafieiro e Mafomede Sobrinho, este último morador na área do nosso Andaluz de que hoje existe a Rua e o Largo do Andaluz (2).

Em 1436, antes da extinção da liberdade religiosa, viveu no arrabalde dos mouros um oleiro cristão, chamado Affonso Pires, e um outro do mesmo nome Affonso Pires, morador numa "azinhaga que entesta com a rua que vai para a porta de Santo André" (3).

Em 1497, já depois da extinção da liberdade religiosa seguida de expulsão dos não convertidos à Fé católica, consta-nos que Gonçalo Dias, oleiro, habitava dentro do "sítio das olarias" (4), citando-se, em 1498, no mesmo "sítio das olarias", do qual nasceram a Rua e o Lagar das Olarias no actual Bairro da Mouraria, as tendas dos oleiros Rodrigo Annes e Garcia Lopes (5).

Encontravam-se estabelecidos com tendas próprias, em 1499, os oleiros Affonso Annes e Joham Roiz, junto à Sé, na Rua Direita da "porta de S. Vicente", de cujos restos ficou o Arco que conhecemos sob a designação "do Marquês de Alegrete". A tradição esclarece ter existido muito próximo daquela porta da muralha um cais formado pelas águas dos arroios e escoantes dos montes que se situavam a sul do Areeiro e entravam num largo esteiro do Tejo, a cujo ancoradouro foi ter a barca da qual se recolheu o corpo incólume do mártir S. Vicente, padroeiro de Lisboa.

Na primeira década do século XVI, em 1510, citam-se as tendas que foram de Dalle Almançor e de Mafomede Roballo, a primeira já na posse de Mestre Jorge, que presumimos fosse oleiro, citações que se encontram abonadas por Pedro A. de Azevedo (6).

Concluimos destas referências que um oleiro cristão, eventualmente dois, que seriam parentes consanguíneos e, por tal, possuidores do mesmo nome, Affonso Pires, exerciam o seu ofício dentro da "mouraria" e em paz com oleiros mouros.

Tomámos igualmente conhecimento de que Dalle Almançor e Mafomede Roballo já não se encontravam na "mouraria", em 1510.

É extensa a relação de vocábulos indicados como de origem árabe e designativos de peças de olaria produzidas em Portagal, ou importadas.

Tais peças são geralmente discriminadas nos regimentos, taxas e testamentos pela respectiva capacidade ou tamanho, fins a que se destinavam e suas características, quanto à forma, cor e técnica do vidrado.

No que respeita à produção de tijolo, que devemos

1 - Pe. António Lourenço Farinha, *Notícia Histórica do Bairro das Olarias* (Lisboa), Cucujães, 1932, p. 13.

2 - Pedro A. de Azevedo, *Do Areeiro à Mouraria*, in "O Archeologo Português", vol. V, Imp. Nac. Lisboa, 1899-1900, p. 218.

3 - Id., *ibid.*, pp. 270 e 274.

4 - Id., *ibid.*, p. 272.

5 - Id., *ibid.*, p. 273.

6 - Id., *ibid.*, pp. 273 e 277.

distinguir do nome comum ladrilho, que significou, mais tarde, outra espécie cerâmica de que não nos ocupamos, vemos aquele produto mencionado pelas suas designações próprias, medidas e género de obra a que se destinava cada tipo.

A fim de evitarmos inoportuna prolixidade, referimos simultaneamente os nomes que justificam a diversidade de informações apontadas:

Adobe, albarrada, alcadefe, alçalá, alcanfor, alcanzia, alcarraza, alcatruz, alguidar, aljofaina, almagre, almanxar, almarraxia, almofia, almotolia, almude, alqueire, altemia, alvaiade, arratel, arredoma, arroba, artesa ou altesa, atanfor ou ataifor, atenor, burnea, celamim, cuzcuzeiro, fanga, maquia, mazaril, zarcão, etc.

No inventário da botica da Infanta D. Beatriz, mandado executar por seu filho D. Manuel I em 1507, encontramos abonação suficiente para os seguintes nomes de peças, tamanhos e características, de que coligimos os exemplos seguintes:

[...] burneas de malega, burneas verdes, almotolias verdes e amarelas, arredomas embarcadas, potes (um verde, outro azul), alguidares grandes [...], bacios de malegua de vallemça, de bordas e chãos, peças de malega e barro para teer conservas, e duas procelanas [...] (7).

No lote de peças de botica doadas pela Infanta ao Mosteiro da Conceição de Beja, constam:

[...] dez tanfores de malegua, com suas cubrituras [...], dous potes de Castela cheos despecie de limgoa de vaca daququar, duas panelas de Valemça gramdes com huu pouco daququar rosado [...], tres potes de Malegua de Castela, hoyto alguidarinhos vidrados, huu aququereiro de mirabolanos em conserva, tres jarros vidrados de Castela [...], duas jarras cheas de alcaparras [...], cinco potes de Castela brancos, huua burnea com ameixias de conserva, outra com mel rosado coado, outra com emxaroque de marmelos, outra demxaroque de rosmaninho daququar [...], dez burneas de Malegua vazias, duas almotolias com arrobe damoras, huua almotolia com oleo de raposa, [...], quatro arredomas embarcadas com olcos, tres arredomas pequenas d' emxaroque davenca [...], quatro alguidares vidrados, quatro bacios de malegua de Valemça de bordas e l chaão [...] (8).

No rol das peças de botica entregues por Luís de Atougua a Vilolante Rodrigues, por doação da mesma Infanta D. Beatriz, incluem-se:

[...] quatro tanfores de malegua verdes com suas cuberturas [...], quatro bacios de Valemça, e duas almofias de Valemça com suas coberturas, e huu craveiro de Valemça, e cinco altemias de Valemça de quatro orellhas, e huu barril de Valemça, duas escudellas de Valemça redondas, treze pratees de malegua de Valemça [...], quinze salsinhas de bordas [...] (9).

Do exposto, podemos construir a seguinte hipótese de trabalho:

Do século XV ao início do século XVI, as pessoas reais e da nobreza abasteciam-se de produtos cerâmicos de alta qualidade, preferindo os que se importavam de Espanha,

embora entrassem no Reino vasos da Itália, de Rodas e de todo o Oriente.

Dos passos transcritos do inventário da botica da Infanta D. Beatriz verifica-se que o instrutor do processo teve o cuidado de estabelecer a diferença entre as peças de Málaga, provavelmente adquiridas antes da unificação do território espanhol pelos Reis Católicos, pois aquela Infanta morreu de idade em 1506 e a bem fornecida e grande botica de que dispôs, assim o parecer sugerir.

Ali se distinguem os vasos de Málaga dos de Castela e de Valença, e destes ou de "malega de Castela" e de "malega de Valença", que eram produto de imitação.

O documento abona, portanto, o tipo de louça dourada que caracterizou Málaga e se reproduziu em Valença, Talavera e Catalayud.

Foi tão importante a herança técnica e cultural exercida pelos oleiros mouros, presumíveis importadores e imitadores da louça dourada de Málaga, que os cristãos que foram herdeiros, ou com eles aprenderam o ofício e as técnicas, que a qualidade da obra os distinguiu profissionalmente como malagueiros, vindo a constituir um corpo de oficiais mecânicos hierarquizados acima dos oleiros do barro comum, dispondo, até, de juízes próprios.

Socorrendo-nos do texto da vereação de 19 de Fevereiro de 1516, da Câmara de Coimbra, ficamos informados, sem qualquer dúvida, da produção, em Portugal, daquele tipo de louça pintada e com reflexos metálicos, e da justeza e propriedade do qualificativo malagueiro.

Consigna-se, no citado texto, uma disposição que tinha por finalidade a protecção geral dos malagueiros e oleiros, defendendo, sob pena de multa, cadeia e perda da louça adquirida, que ninguém [...] podesse comprar louça de málega, nem de barro para tornar a vender, e que só vendesse louça o próprio oficial que a fizesse por si, sua mulher ou servidores, em suas casas ou tendas [...] (10).

Nas cartas de ofício registadas na Câmara de Coimbra, no século XVI, comprovam-se as seguintes qualificações e documenta-se um caso que não seria raro por motivos económicos ou menor especialização: oleiro e malagueiro (Carta de Janeiro de 1559), e malagueiro de toda a obra que pertence ao dito ofício (Carta de Fevereiro de 1592) (11).

Do último quartel do século XVI ao primeiro do século XVII, em consequência do notável aperfeiçoamento técnico alcançado, os ofícios encontravam-se diferenciados segundo a cor da obra. Especifica-se no Regimento dos Oleiros de Lisboa, de 1772:

[...]

5. E o ofício que se examinar quizer de louça vermelha saberaa muy bem lavar e temperar o barro e conservalo cõ sua area segundo convem a qualquer lavor:

6. E o que se quizer examinar de louça vidrada verde [...].

7. E o que se quizer examinar de louça branca de talaueira saberaa fazer hua almofia de boticaio que leve meo alquere [...].

No Regimento dos Oleiros e Malagueiros de Coimbra, de 1623, reitera-se a mesma distinção dos ofícios: o de barro vermelho, de verde, amarelo e de [...] louça branca de talaueira [...], tal como se determinou no anterior regimento,

7 - Archivo Histórico Português, vol IX, pp. 64-110; J. M. Teixeira de Carvalho, *Cerâmica Coimbrã no Séc. XVI*, Coimbra, Imp. da Universidade, MCMXXVI, p. 119.

8 - J. M. Teixeira de Carvalho, *Ob. cit.*, pp. 120-121.

9 - *Id.*, *ibid.*, p. 121.

10 - *Id.*, *ibid.*, p. 19.

11 - *Id.*, *ibid.*, p. 43.

nomeando-se, também, como peças obrigatórias de exame, a almofia de boticaio com idêntica capacidade, e a almofia grande de pee (12).

Retomando a exemplificação que informa da técnica, fases sucessivas de trabalho e capacidade dos vasos, extraímos os seguintes passos do Regimento dos Oleiros de Coimbra, anterior a 1616, pois se afirma ter seguido o arquétipo de Lisboa, cuja reforma se atribui a Duarte Nunes do Leão, em 1572:

[...]

6. & o que se quiser examinar de louça vidrada verde saberaa fazer alguidares grandes & pequenos & frigideiras & tijellas de fogo [...].

Item faraa malegas grandes que chamaõ vermelha.

Item faraa escudellas de feição de porcelana.

Item saberaa enfornar, vidrar, E coser.

Item saberaa fundir o chumbo em huã fornalha de modo que se faça em poo muito meudo E se pineire.

Item saberra moer a areia que se lhe bota E peneirala.

Item saberaa deitar lhe o cobre por seu peso.

7. & o que se quiser examinar de louça branca de tallaueira saberaa fazer huã almofia de boticaio que leue meo alquere de qualquer cousa que lhe botarem.

[...]

Item faraa huã albarrada de Canada de agoa.

Item toda uma botica cõ suas arredomas E botões E panellas que leuem ate arroba.

Item saberaa enfornar, vidrar E coser.

[...] (13)

Dos documentos relativos às taxas dos oleiros e malegueiros, estabelecidas nas Vereações da Câmara de Coimbra, de 1573-1574, colhemos os excertos seguintes por necessários:

[...]

Huu allguidar de Dous allqres De barro naõ passara de trita res.

[...]

j Huã quarta que leue m^o almude cõ seu testo dez res.

[...]

j Malegas vidradas por Dentro E fora De feição de porcelanas Dellguada da borda a sinquo res o par.

j E das outras majores repolgadas pollas bordas a oijo res o par.

j E bacios vidrados de detro pa comer Darão o preso Das Malegas q ve por cada huu dous res e m^o.

j as salceiras De Mostarda por cada huã Dous res.

[...]

j huu cuscuzero boõ de huã mea vidrado naõ pasara de Dezoito res

[...] (14).

As transcrições que fizemos provam-nos e lembram-nos o que ninguém ignora: o enriquecimento linguístico e o importante legado técnico e artístico que recebemos sob influência muçulmana.

A herança do vidrado, que ninguém contesta, foi, talvez, a mais importante aquisição técnica no domínio da

cerâmica. Aplicado de forma simples, ou enriquecido com reflexos de cobre, revestindo o interior da peça, ou aformoseando-a também por fora, o vidrado obrigou o oleiro a ter em conta a selecção e tratamento do barro e da areia, esta como excipiente na correcção da argila, quer como desengordurante, quer como reforço da sílica, a fim de obter uma pasta mais resistente e dura, ou uma camada vítrea muito transparente e límpida, quando adicionada ao chumbo, salientando as cores da pintura sobre a coberta e não empastando sobre os relevos.

Foram justamente estes conhecimentos técnicos sobre o uso dos vários materiais que proporcionaram ao oleiro critão produzir louça branca malega e talaveira (sic).

Contudo, frequentemente se chamava a atenção dos oleiros e malegueiros para a obrigação de cozerem a louça por duas vezes, sempre que a vidrassem com chumbo, processo muito antigo no Reino, como se lê num documento da Câmara de Coimbra (15).

O almotacé, ou almotacel deveria estar presente, quando o oleiro procedesse à preparação dos ingredientes, com a finalidade de examinar o peso da areia, do chumbo e do cobre, intervindo o almoxarife, quando o clamor do povo acusava falsificação ou má qualidade da louça, ou, ainda, quanto ao preço ilegal, acima das taxas indicadas pelas respectivas câmaras.

A técnica de redução do chumbo a pó, por acção directa do fogo, a passagem daquele e da areia fina à peneira chegaram aos nossos dias, como observámos e fotografámos no Algarve.

O processo de enxacotar os vasos já revestidos de capota, depois de convenientemente secos a uma temperatura média e regular no almoxavar — termo vivo no Algarve e sul do Alentejo, significando, respectivamente, o eirado para secar louça de barro —; passar cada peça pelo engobe cerâmico que neste caso, é mais próprio designar por capote ou coberta de barro diluído em água, em solução espessa e não ténue, para cobrir o vaso vermelho de branco, impermeabilizá-lo e uniformizar-lhe a superfície tornando-a sedosa e apta a receber melhor o vidrado e inerentes reflexos metálicos; são operações técnicas que podemos conferir pelo trabalho que se deve a Gómez-Moreno sobre a louça primitiva de Málaga (16).

No processo descrito sobre a cobertura da cor natural do barro é necessário advertir que não deve confundir-se com aqueloutro onde aparece o almagre, que vimos adicionar ao engobe muito ténue e aguado para tingir de vermelho a superfície externa de cântaros e de outros vasos, cujo barro usado na modelação era branco, ou muito ferruginoso, enegrecendo com a cozedura.

Durante as operações de preparação de tintas, aparece novamente o almagre, de cujo pó se obtém, como se conhece, o azul, depois de adicionado com o ferrocianato de potássio, submetendo-os ao calor. Aparece o alvaiade, de que é um carbonato de chumbo básico, de que se obtém o minio alaranjado, quando submetido ao rubro, e o zarcão, com propriedades específicas afins.

Ainda conhecemos oleiros que preparavam empiricamente as tintas, expondo-se aos fumos tóxicos, tal

12 - Vergílio Correia, Livro dos Regim-etos dos Officiaes mecanicos da mui Nobre e S-epte Leal Cidade de Lixboa (1572), Coimbra, Imp. da Uviversidade, 1926, Cap. XLIII, pp. 142-143; J. M. Teixeira de Carvalho, Ob. cit., pp. 128-129 e 204.

13 - J. M. Teixeira de Carvalho, Ob. cit., pp. 204.

14 - Id., ibid., pp. 167 e 170.

15 - Id., ibid., p. 192.

16 - M. Gómez-Moreno, La Loza Dorada Primitiva de Málaga, in "Al-Aldalus", Madrid, vol. V, fasc. 2, pp. 383-398, il.

como os suportavam quando da redução do chumbo a pó, em fornalhas rústicas e abertas.

Uma outra prova vem legitimar e ratificar de forma decisiva a herança islâmica do vidrado: o uso do alcanfor com primazia técnica sobre o chumbo.

Trata-se de uma galena de chumbo duríssima cuja fusão exige uma temperatura muito elevada e portanto superior aquela que funde o chumbo.

Admitimos que uma razão económica teria operado a preferência pelo chumbo, dada a dificuldade e escassez do alcanfor no mercado e o facto de tal produto, presumivelmente no decorrer do século XVII, passar a ser importado de Espanha.

A alcanfor era usado pelos malegieiros, tendo corrido em Portugal as formas nominais *alcofol* e *alquifol* de que se ocupou, no aspecto linguístico e lexical, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de que Gómez-Moreno regista a variante *alcohol*, talvez mais próxima do étimo muçulmano, no seu citado estudo sobre a louça primitiva de Málaga (17).

O documento comprovativo do uso simultâneo das duas espécies — alcanfor e chumbo — tem a particularidade de nos instruir acerca das técnicas de cozedura da obra vidrada. Diz o traslado de 1576 de um Regimento antigo de Coimbra:

[...] E q e qto se vidrar cõ alcãfor não era necesario mais ~q cozer se huã soo vez E q semdo caso q se vidre cõ chumbo/ etão se cozera Duas vezes como no Regimto se cõtem p q tem p eformaçã q hee metal taõ Duro q cozedo se huã soo vez fiquava Mais cosido Do q fiquava o vidrado/ cõ duas vezes [...] (18).

O apuramento dos malegieiros de Coimbra levou-os a procurar os melhores barros da região, encontrando-os em olivais. A busca contínua e intensiva deu lugar aos protestos do povo pelos danos no solo e queda de oliveiras, intervindo a Câmara, em 1577, com pesadas multas a quem fosse achado naqueles campos a cavar barro (19).

Os artífices do "sítio das olarias" e dos lugares próximos do almocáver, em Lisboa, exploravam a areia no Areiro e em todos os montes que dali seguiam até ao Castelo. A tradição prosseguiu, ocasinando, durante o século XVII, protestos veementes dos frades por tais escavações comprometerem a segurança do seu convento e de outras edificações, como a do Caracol, cuja escada ainda existe, ligando o Bairro da Graça ao Largo dos Lagares, dentro da Mouraria, comprometendo, igualmente, a segurança das muralhas e do próprio Castelo.

A extracção sucessiva de areia naquela zona de Lisboa teve explicação: esta areia continha sílica em abundância, sendo ótima como desengordurante na correcção das pastas e parte complementiva de qualidade no vidrado. As extensas galerias abertas no subsolo proporcionaram encontrar também neste macisso que se alongava do Areiro ao Rossio bancadas de argila cujos filões eram garantia de com eles se obter uma pasta fina e dúctil.

O assunto foi abonado pelo Pe. António Lourenço Farinha que presumimos haja seguido o texto de Pedro A. de Azevedo (20).

17 - Id., *ibid.*, p. 387.

18 - J. M. Teixeira de Carvalho, *Ob. cit.*, p. 171 (Tb. pp. 156 (n.2) e 157).

19 - Id., *ibid.*, *Ob. cit.*, pp. 172-173.

20 - Pedro A. de Azevedo, *Ob. cit.*, p. 215; Pe. António Lourenço Farinha, *Ob. cit.* p. 13.

Da influência da louça de Málaga recebemos muito da sua técnica e do topónimo de origem formaram-se os vocábulos *malegieiro* e *malga*, apelativos do artífice que imitava aquela louça e do vaso em forma de calota esférica, usado no norte do País para com ele se tomar vinho, ou a refeição de caldo verde.

Contudo, a louça de Talavera teve igualmente influência na formação artística do oleiro português.

Como observámos no Regimento dos Oleiros de Lisboa, de 1572, e no Regimento de Coimbra, anterior a 1616, os artífices eram examinados numa reprodução de louça branca de Talavera, o que se reforça com a carta de exame do início do século XVII, de Pero Fernandes, registada na Câmara de Coimbra, na qual se contém a qualificação de malegro de malega bramqua de talaueira (21).

A transição para a faiança, que tomara um carácter português, operou-se sob o impacto do aperfeiçoamento técnico, da competição de mercados e imitação de louça de Málaga e de Talavera.

Em Lisboa, a faiança aparece referida em 1570 e, em 1582, é encarecida na carta que Filipe II dirigiu a suas filhas, o que está abonado por Manuel Severim de Faria e outros autores (22).

A ilação é comprovada, ainda, com as cartas de exame de Manuel Gomes e António Gomes, também registadas na Câmara de Coimbra, e da mesma época da anterior, nas quais se conferem as respectivas qualificações: malegro de lousa bramca e pintada, e malegieiro oleiro de lousa bramqua vidrada e pintada.

Prova-se, igualmente, a exportação de louça portuguesa para Castela e Índias, com mais frequência e quantidade de púcaros de Montemor-o-Novo e de Estremoz, como se admite a presença de um oleiro de Talavera a exercer o seu ofício em Lisboa (22).

Voltando ao aludido tema dos nomes de peças e sua capacidade, cremos que a base linguística de origem islâmica se converteu numa injunção de formas concordantes com os fins a que determinado tipo de peças de destinou.

Assim, a albarrada, de que conhecemos o belo exemplar representado numa pintura do século XVI e se conserva no Museu Nacional de Arte Antiga, dotado de asas delicadamente recurvadas do bojo á carena; e o exemplar idêntico, com açucenas, desprovido de asas e figurado, também, numa pintura século XVI que se guarda no Museu Machado de Castro, em Coimbra, mostram-nos um adorno estético num dos exemplares, valorizando-lhe as linhas, mas que não altera o perfil comum dos vasos, nem a função prática, semelhante à das nossas actuais jarras. Contudo, a albarrada foi também um vaso para beber e transportar água, como está abonado no final do século XV por Pero Vaz de Caminha, e no Regimento dos Oleiros de Lisboa, de 1572 (23).

21 - Vergílio Correia, *Ob. cit.*, Cap. XLIII, p. 143; J. M. Teixeira de Carvalho, *Ob. cit.*, p. 129.

22 - Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, 1655, pp. 20-21; J. M. Teixeira de Carvalho, *Ob. cit.*, p. 125, 211-228; Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal* [...], 2ª Ed., Lisboa, 1785, Cap. XXIII, pp. 109-111; Thomé Pinheiro da Veiga, *Colecção de Manuscritos Inéditos* [...]. III — Fastigima, Biblioteca Pública Municipal do Porto, s/d, pp. 86 e 103; Vergílio Correia, *Ob. cit.*, Cap. XLIII, p. 143; José Queirós, *Cerâmica Portuguesa E Outros Estudos*, Editorial Presença, 1987, pp. 30-52.

23 - Pero Vaz de Caminha. Carta a el-rei D. Manuel (1 de

As arredomas, por excelência vasos de botica, foram outrossim, armas de fogo, usadas nos combates navais (24). Não obstante, serviram igualmente de brinquedo nas cavalhadas, cheias de flores, e de mugalheiro, afeiçoando-se para tal a indispensável ranhura para introduzir moedas.

No texto do inventário da botica da Infanta D. Beatriz, no qual se mencionam as arredomas embarçadas, sugere-se, na adjectivação que acompanha o nome, que as mesmas podiam usar-se suspensas, pelo que seriam revestidas de malha feita com um barão resistente.

Registam-se nos documentos das taxas do oleiros e malegieiros de Coimbra, de 1573-1574, já citados, [...] maleguas vidradas por dentro e fora De feição de porcelana Dellgada da borda [...], e [...] outras maiores repolgadas pollas bordas [...]. Além da indicação da pasta muito fina do corpo das peças, ficamos a saber claramente que as peças maiores apresentavam relevos pelas bordas, isto é, repolegos obtidos com um cordão torcido de pasta, que lhes era apostado como ornato.

Quanto às almotolias, cuja forma, nos nossos dias, se aproximava de um cone, verificamos que foi uma peça de botica com sua diferença morfológica, como se deduz do texto do referido inventário: [...] duas almotolias com arrobo damoras, huua almotolia com oleo de raposa [...]. Partindo do pressuposto da forma conhecida hoje, a diferença estaria no colo: menos alongado e de maior diâmetro para facilitar a saída do arrobo de amoras, pastoso e espesso, e mais alongado e estreito no caso do óleo.

O açucareiro referido no mesmo documento apresenta-se-nos como exemplo paralelo. Foi usado para conter açúcar em quantidade, como se infere do texto, pois vêmo-lo mencionado como vaso de botica, contendo o fruto medicinal mirabolano em conserva: [...] huu açucareiro de mirabolanos em conserva [...]. O pequeno, de ir à mesa, é já frequente no século XVII.

A jarra encontra-se mencionada em outros inventários do início do século XVI, parecendo-nos estar na mesma relação de capacidade para o jarro, pois a vemos referida no documento anterior cheia de alcaparras, como a bacia deveria estar para o bacio, e o púcaro para a púcara.

As salseiras e as salsinhas de bordas, como o cuscuzeiro vidrado de mea (sic), eram vasos de mesa. Os primeiros serviram para conter mostarda, os seguintes, de bordas, para servir molhos (=salsas, do Cast.) e no cuscuzeiro pequeno e vidrado servir-se-ia talvez, ainda quente, o conhecido cuscuz, alimento cozido ao vapor, ainda frequente na cozinha muçulmana, de que guardamos reminiscências nos grânulos de massa de farinha com o mesmo nome e que se usam numa variedade de sopa. É também vivo o nome salseira como equivalente a molheira (25).

Nos mencionados textos informa-se da capacidade e forma da almofia de botica, que teria profundidade semelhante à do alquidar, embora com as paredes quase verticais, parecendo uma caixa com, ou sem cobertura, sendo dotada, por vezes, de pé.

Notem-se, ainda, as altemias de Valença de quatro orelhas, ou asas compactas e horizontais, apostas na periferia superior da peça, as altemias de bordas grandes e redondas, como as escudelas, que eram mais ou menos profundas e de paredes ligeiramente puxadas para fora, redondas e oblongas, como o teor dos documentos sugere (26).

Resta-nos lembrar o alçalá que, sendo um vaso de barro para beber água, tomou aquela designação por ser usado à porta dos conventos com o fim caridoso de dessedentar mendigos e peregrinos.

A alcanzia é que parece ter conservado sempre a forma e a função para que foi concebida: granada de barro cheia de pólvora a que se punha fogo, antes de a lançar, o que está abonado por Fernão Mendes Pinto (27).

Talavera de La Reina, cuja louça talvez de filiação mudéjar (28), não esgota o tema.

Passando ao domínio da edificação e da arquitectura, é um simples tijolo que nos informa e documenta uma técnica admirável que herdámos da presença islâmica.

Discrimina-se no Regimento dos Oleiros de Lisboa, de 1572, o tijolo mazaril com suas medidas, dos tijolos de alvenaria, de forçado e de portal. No Regimento dos Oleiros de Coimbra, trasladado em 1616, consigna-se, sob pena de multa e cadeia, que a produção maior seria do tijolo de alvenaria e de forçado, concluindo-se que o tijolo mazaril e de portal teriam uma utilização específica menos habitual. Esta disposição coerciva reiterava o que se estabelecera numa taxa que consta das Vercções de 1573-1574, em cujo texto se fixou, também, o preço do tijolo mazaril por ladrilhar (sic), não aproveitado, ou proveniente de lotes retidos na tenda, eventualmente danificados (29).

Oriundo do Egipto, este tijolo mazaril era destinado a revestir espaços. Dotado de rigorosas dimensões e alta qualidade, permitia embelezar espaços por disposição alternada, quer de face, quer de topo, disposto na horizontal, ou verticalmente, dispensando cálculos aritméticos. Foi usado no enchimento dos caixotões das abóbadas, sem desperdícios ou cortes, requerendo, apenas, na segurança e equilíbrio do conjunto, um emboço fino de argamassa de cal e areia.

A técnica permitiu pavimentar e construir abóbadas de notável efeito, como dissemos no trabalho e estudo que fizemos sobre as abóbadas do Convento de S. Domingos de Montemor-o-Novo (30).

Aprendida e guardada pelos alarifes do Alentejo, a técnica do antigo mazaril provar-nos-ia um dos mais belos

Maio de 1500), Introdução, actualização do texto e notas de M. Viegas Guerreiro; Leitura paleográfica de Eduardo Nunes. Imp. Nac. — Casa da Moeda, Lisboa, 1974, p. 41; Vergílio Correia, Ob. cit., p.143.

24 - Inéditos da História de Portugal, vol. III, p. 287.

25 - J.M. Teixeira de Carvalho, Ob. cit., pp. 120-121, 140, 143 e 170.

26 - Id., ibid., pp. 121 e 204.

27 - Peregrinação e Outras Obras. Texto crítico, prefácio, notas e estudo por António José Saraiva, vol. I, Sá da Costa Editora, 2ª Ed., Lisboa, 1981, pp. 77 e 80.

28 - Rev. Pe. Diodoro Vaca Gonzales y D. Juan Ruiz de Luna Rojas, História de la Ceramica de Talavera de La Reina, Madrid, MCMXLIII, pp. 30-31.

29 - Vergílio Correia, Ob. cit., Cap. XLIII, p. 145; J. M. Teixeira de Carvalho, Taxas dos ofícios mecânicos de Coimbra, in "O Instituto" vol. 66º, Imp. da Universidade de Coimbra, 1919, Taxa dos Oleiros, p. 27; id., Cerâmica Coimbra no Século XVI, ed. cit., pp. 168 e 206.

30 - Margarida Ribeiro, Olaria de uso doméstico na arquitectura conventual do Século XVI, Ed. do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, "Cadernos de Etnologia", Nº 1, 1984, 93 pp. il.

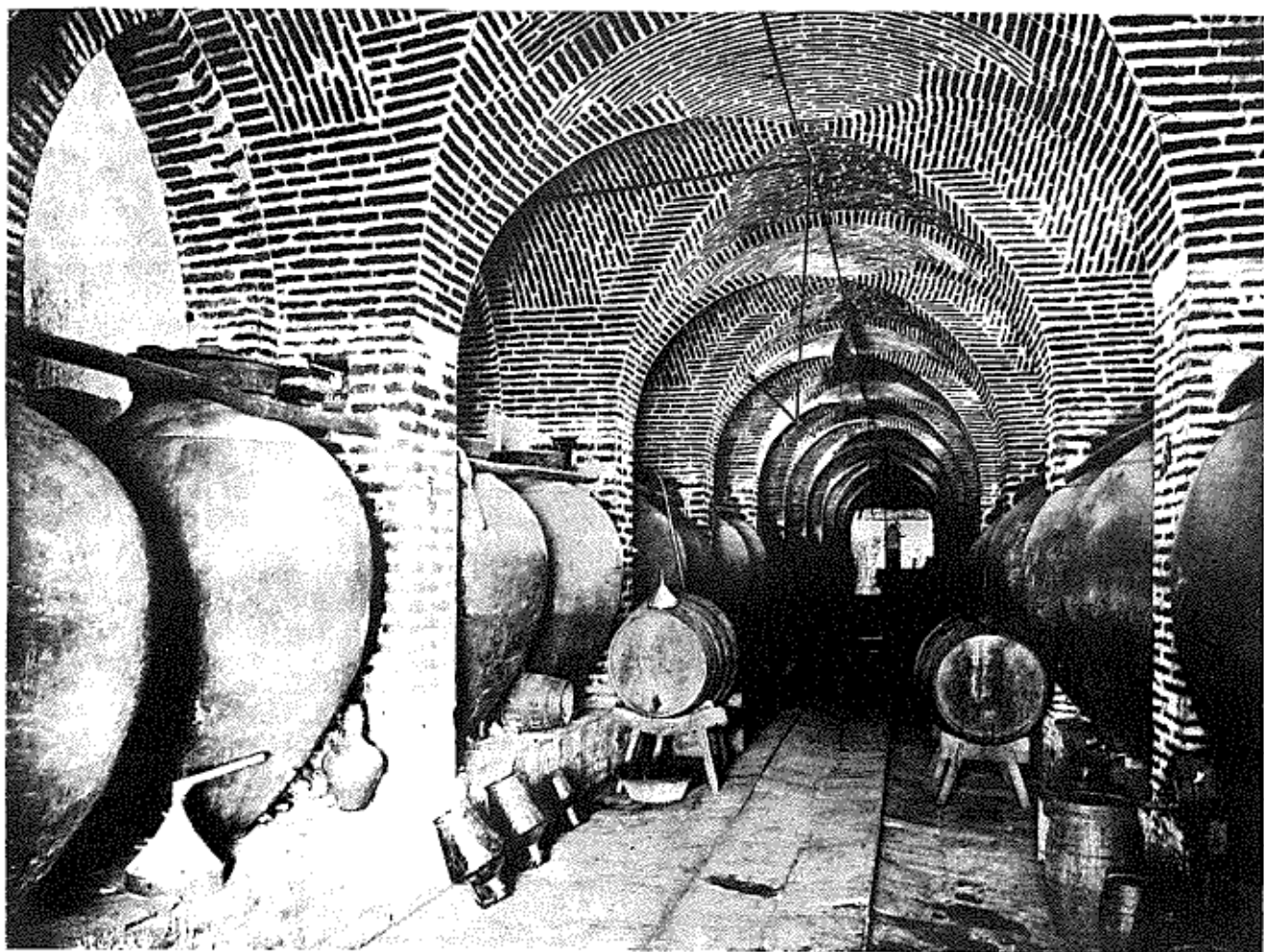


Figura 1 - Uma adega. Alentejo (Do Álbum: *A Arte e a Natureza em Portugal. Recordação do Alentejo. Recordação de Évora* - I, Emilio Biel & Companhia - Editores, Porto, s.d., Texto em Português e Francês de Gabriel Pereira

testemunhos da herança cultural islâmica que, em modestos e mais elaborados exemplos, chegaria aos nossos dias.

O exemplo que apresentamos, rústico e utilitário, não deixa de ser admirável na sua concepção empírica, e belo, muito belo, se reflectirmos que, na sua disposição de contrastes, um simples cordel superou os cálculos necessários à demarcação de espaços, distribuição e equilíbrio de forças de todo o conjunto (fig. 1).

Não trouxemos novidades. Permitimo-nos lembrar a necessidade de uma metodologia de identificação de peças e sua primitiva designação, como justificamos com o alcadeife, a alcarraza e a artesa ou altesa, nomes vivos em Portalegre e seus concelhos mais próximos, até cerca de meados do século, nomes que indicavam o vaso de fundo chão (=raso), paredes baixas e ligeiramente oblíquas sobre o qual se media o vinho e o vinagre; a bilha porosa para refrescar água; e o grande recipiente em forma de tronco de pirâmide quadrangular invertido, com seu símile de madeira, onde se amassava o pão.

Permitimo-nos lembrar quanto há a fazer no campo da Etnologia, particularmente no domínio das técnicas e ofícios mecânicos.

Da diáspora mourisca muito se poderá colher nos registos paroquiais e municipais. Uma grafia arcaizante, ou

a situação frustre de um cristão-novo muito poderão explicar-nos.

Depois do estudo do Conde de Ficalho sobre O elemento árabe na linguagem dos pastores alentejanos, aponta-nos um longo caminho o Prof. Pedro Cunha Serra. Além dos seus estudos sobre topónimos de origem árabe, geralmente situados a norte do Mondego e junto ao Douro, outro valioso trabalho informa das relações pacíficas entre mouros do território português e alguns dos nossos reis, realizando aforamento de terras, do século XII até 1496, continuando, depois desta data, a sobreviver como escravos, surgindo um caso de alforria em 1501. Apontam-nos igualmente caminhos Caro Baroja, Bernard Lewis, Antonio Dominguez Ortiz e Bernard Vicent (31).

31 — Conde de Ficalho, *Notas Históricas acerca de Serpa e O Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*, Lisboa, 1979; Pedro Cunha Serra, *Mouros e Mouros*, in "Anais" da Academia Portuguesa da História, II Série, Vol. 29, Lisboa, MCMLXXXIV, pp. 43 - 56; Julio Caro Baroja, *Los Mouriscos de Granada*, Ediciones "Istmo", 2ª ed., Madrid, 1976; Bernard Lewis, *Os Árabes na História*, Imp. Universitária, Editorial Estampa, Lisboa, 1982; António Domínguez Ortiz y Bernard Vicent, *História de los Moriscos. Vida y tragedia de una minoría*, Alianza Editorial, Madrid, 1984.